



Os protestos de estudantes sem aulas já viraram rotina, mas o secretário de Educação garante que o déficit nas escolas públicas é questão de tempo

# Governo vai responder na Justiça por falta de aulas

*Acompanhado de grupo de alunos, deputado Luiz Estevão acusa governador e secretário de Educação por crime de responsabilidade*

Rosana Tonetti  
Da equipe do **Correio**

**A**queixa persiste desde o início do ano letivo. Quase um mês depois do que era para ser a volta às aulas, a falta de professores na rede pública de ensino ainda prejudica os alunos. Segundo o secretário de Educação, Antonio Ibañez, há uma carência de 500 professores nos 20 mil que deveriam formar o quadro de corpo docente do Distrito Federal.

“Foi tudo providenciado. Concursos, contratos temporários e fizemos a modulação docente (remanejamento), que colocou mais professores em sala de aula. Convocamos e reconvocamos professores concursados. Agora dependemos dos que foram chamados a assumir os cargos”, justifica Ibañez.

Os argumentos não convencem o deputado distrital Luiz Estevão (- PMDB). Ele entregou ontem uma re-

presentação ao vice-procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios pedindo o enquadramento do governador Cristovam Buarque (PT) e do secretário de Educação por crime de responsabilidade pela falta de professores nas escolas.

“A União repassa recursos para o Governo do Distrito Federal pagar os professores, mas o dinheiro não está sendo aplicado na área de educação. O governador ludibriou a União, porque não emprega a verba destinada para esse fim, e também engana a população, que paga impostos para o ensino público”, afirmou o deputado.

Para o parlamentar, o governo infringiu o inciso V do artigo 20 da Constituição Federal, que obriga o Distrito Federal e os estados da nação a proporcionar educação gratuita para a população. “Essa lei é reforçada pelo artigo 221 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tam-

bém garante o acesso à educação”, acrescentou o deputado.

## ASSINATURAS

Estevão compareceu à audiência acompanhado de seis alunos do Centro de Educação para o Trabalho (CET) da Ceilândia, que estão sem professores, e de um abaixo-assinado de 496 estudantes da instituição reivindicando soluções. De acordo com o diretor do CET, Luís Felipe Barcellos, a escola, que tem 17 cursos profissionalizantes, precisa urgentemente de 25 professores. “Já encaminhamos dois ofícios à Secretaria de Educação comunicando o fato e não obtivemos nenhuma resposta oficial”, afirmou o diretor.

Ibañez esclareceu que o CET vive uma situação peculiar. “Para esta escola não contratamos professores, e sim instrutores”, rebateu o secretário. Ainda de acordo com ele, o crescimento na rede de ensino foi superior ao aumento populacional do Distrito Federal. Enquanto a população cresceu 2%, o ensino médio e o fundamental subiram, por ordem, 10,7% e 3%.

O secretário lembrou também que a Fundação Educacional tem dificuldades em contratar professo-

res para os cursos noturnos, sobretudo nas cidades mais distantes. Santa Maria e Recanto das Emas, por exemplo, são as localidades que mais sofrem com o problema.

“Estamos abordando o problema por região administrativa. No Plano Piloto e no Cruzeiro, depois que convocamos e reconvocamos os docentes, temos um quadro de pouquíssimas carências”, justificou o secretário. Em São Sebastião, onde a falta de professores em todos os turnos era de 90 professores no início do ano letivo, a carência já diminuiu para 13 docentes, apenas no curso noturno, garantiu o secretário de Educação.

A Fundação Educacional continua a chamar, publicando listas, os professores aprovados em concurso público. E o atendimento para a assinatura de novos contratos funciona diariamente no auditório do Palácio do Buriti. “Continuamos fazendo tudo o que está ao nosso alcance para suprir as carências. Há falta de professores de matemática, física e química. Mas esse não é um problema só do Distrito Federal. No país inteiro faltam professores nessas áreas”, defendeu-se o secretário.